

# Centro de Estudos Astronômicos e Ciências de Montes Claros – CEAMONTES

## Capítulo 1 – Da denominação, sede e fins

Art. 1º – A Associação Centro de Estudos Astronômicos e Ciências de Montes Claros, também designada pela sigla CEAMONTES, fundada em **16 de outubro de 2019**, é uma associação, sem fins econômicos, que terá duração por tempo indeterminado, sede no Município de Montes Claros, Estado de Minas Gerais, na rua (avenida) ..... Bairro ..... e foro em Montes Claros-MG.

Art. 2º – A Associação tem por finalidades:

- I. Congregar os astrônomos e cientistas da cidade e região;
- II. Zelar pela liberdade de ensino e pesquisa;
- III. Zelar pelos interesses e direitos dos astrônomos e cientistas;
- IV. Zelar pelo prestígio da ciência na região norte-mineira;
- V. Estimular as pesquisas e o ensino da ciência na região norte-mineira;
- VI. Manter contato com institutos e sociedades correlatas no País e no exterior;
- VII. Promover reuniões científicas, congressos especializados, cursos e conferências;
- VIII. Editar informativos sobre as atividades do CEAMONTES e assuntos gerais relacionados com seus objetivos sociais;
- IX. Estabelecer redes, parcerias e intercâmbios com sociedades científicas, instituições de ensino e/ou pesquisa, organizações não governamentais, universidades, Poder Público e outras entidades, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras; e
- X. Promover campanhas de mobilização de recursos para financiar programas e projetos, próprios ou de terceiros.

Art. 3º – No desenvolvimento de suas atividades, a Associação não fará qualquer discriminação de raça, cor, sexo ou religião.

Art. 4º – A Associação poderá ter um Regimento Interno, que aprovado pela Assembleia Geral, disciplinará o seu funcionamento.

Art. 5º – A fim de cumprir suas finalidades, a Associação poderá organizar-se em tantos Núcleos, quantos se fizerem necessários, os quais se regerão pelo Regimento Interno.

## Capítulo 2 – Dos associados

Art. 6º – A Associação é constituída por número ilimitado de associados, que serão admitidos, a juízo da diretoria, dentre pessoas idôneas.

Art. 7º – Haverá as seguintes categorias de associados:

- I. Fundadores, os que assinarem a ata de fundação da Associação;

- II. Beneméritos, aqueles aos quais a Assembleia Geral conferir esta distinção, espontaneamente ou por proposta da diretoria, em virtude dos relevantes serviços prestados à Associação;
- III. Honorários, aqueles que se fizerem credores dessa homenagem por serviços de notoriedade prestados à Associação, por proposta da diretoria à Assembleia Geral;
- IV. Contribuintes, os que pagarem a mensalidade estabelecida pela Diretoria; e
- V. Juniores, destinados a estudantes de nível fundamental, médio e superior, menores de 18 anos, sujeitos a condições específicas de participação e isentos de contribuição mensal.

Art. 8º – São direitos dos associados quites com suas obrigações sociais, excetuado os juniores:

- I. votar e ser votado para os cargos eletivos; e
- II. tomar parte nas assembleias gerais.

Parágrafo único – Os associados beneméritos e honorários não terão direito a voto e nem poderão ser votados.

Art. 9º – São deveres dos associados:

- I. cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- II. acatar as determinações da Diretoria; e
- III. arcar com o pagamento das contribuições mensais determinadas pela diretoria, exceto se alcançar a condição de remido, após 30 anos de contribuição ininterrupta e 60 anos de idade.

Parágrafo único – Havendo justa causa, o associado poderá ser excluído da Associação por decisão da diretoria, após o exercício do direito de defesa. Da decisão caberá recurso à Assembleia Geral.

Art. 10º – Os associados da entidade não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações e encargos sociais da instituição.

Art. 11º – Poderão se associar à entidade as pessoas naturais ou jurídicas relacionadas ao ideal e aos valores da associação.

§ 1º – Será excluído o associado que:

- I. deixar de cumprir sua obrigação estatutária para com a associação;
- II. praticar atos infringindo o previsto na lei, no estatuto ou regimento interno; e
- III. não cumprir, sem justificativa, as resoluções oriundas da diretoria executiva.

§ 2º – A decisão da diretoria será comunicada ao interessado no prazo de cinco dias úteis, após regular processo disciplinar.

### Capítulo 3 – Da administração

Art. 12º – A Associação será administrada por:

- I. Assembleia Geral;
- II. Diretoria Executiva; e
- III. Conselho Fiscal.

Art. 13º – A Assembleia Geral, órgão soberano da instituição, constituir-se-á dos associados em pleno gozo de seus direitos civis e estatutários.

Art. 14º – Compete à Assembleia Geral:

- I. eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal;
- II. destituir os administradores;
- III. apreciar recursos contra decisões da Diretoria Executiva;
- IV. decidir sobre reformas do Estatuto;
- V. conceder o título de associado benemérito e honorário por proposta da Diretoria Executiva;
- VI. decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- VII. decidir sobre a extinção da entidade;
- VIII. aprovar as contas; e
- IX. aprovar o regimento interno.

Art. 15º – A Assembleia Geral realizar-se-á, ordinariamente, uma vez por ano para:

- I. apreciar o relatório anual da Diretoria Executiva; e
- II. discutir e homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal.

Parágrafo único – A Assembleia Geral poderá ser realizada de forma eletrônica, desde que tal modalidade conste no edital de convocação.

Art. 16º – A Assembleia Geral realizar-se-á, extraordinariamente, quando convocada:

- I. pelo presidente da Diretoria Executiva;
- II. por maioria da Diretoria Executiva;
- III. pelo Conselho Fiscal; e
- IV. por requerimento de 1/5 dos associados quites com as obrigações sociais.

Art. 17º – A convocação da Assembleia Geral será feita por meio de edital afixado na sede da Instituição e enviado por qualquer meio eletrônico, com antecedência mínima de 10 dias.

Parágrafo único – Qualquer Assembleia instalar-se-á em primeira convocação com a maioria dos associados e, em segunda convocação, com qualquer número, não exigindo a lei quorum especial.

Art. 18º – A Diretoria Executiva será constituída por um Presidente, um Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro.

Parágrafo único – O mandato da Diretoria Executiva será de (4) quatro anos, podendo ser reeleita, excetuando-se o cargo de Presidente.

Art. 19º – Compete à Diretoria Executiva:

- I. elaborar e executar programa anual de atividades;
- II. elaborar e apresentar, à Assembleia Geral, o relatório anual;
- III. estabelecer o valor da mensalidade para os sócios contribuintes;
- IV. entrosar-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- V. contratar e demitir funcionários;
- VI. Instituir e extinguir Núcleos; e
- VII. convocar a Assembleia Geral.

Art. 20º – A Diretoria Executiva reunir-se-á no mínimo semestralmente.

Art. 21º – Compete ao Presidente:

- I. representar a Associação ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- II. cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
- III. convocar e presidir a Assembleia Geral;
- IV. convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva; e
- V. assinar, com o tesoureiro, todos os cheques, ordens de pagamento e títulos que representem obrigações financeiras da Associação.

Art. 22º – Compete ao Vice-Presidente:

- I. substituir o Presidente e demais cargos, inclusive o tesoureiro, em suas faltas ou impedimentos;
- II. assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término; e
- III. prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Presidente.

Art. 23º – Compete ao Secretário:

- I. secretariar as reuniões da Diretoria e Assembleia Geral e redigir e assinar as atas; e
- II. publicar todas as notícias das atividades da entidade.

Art. 24º – Compete ao Tesoureiro:

- I. arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e do-nativos, mantendo em dia a escrituração;
- II. pagar as contas autorizadas pelo Presidente;
- III. apresentar relatórios de receita e despesas, sempre que forem solicitados pelo Presidente ou maioria da Diretoria Executiva;
- IV. apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembleia Geral;

- V. apresentar semestralmente o balancete ao Conselho Fiscal;
- VI. conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;
- VII. manter todo o numerário em estabelecimento de crédito; e
- VIII. assinar, com o presidente, todos os cheques, ordens de pagamento e títulos que representem obrigações financeiras da Associação.

Art. 25º – O Conselho Fiscal será constituído por (3) três membros, eleitos pela Assembleia Geral.

§ 1º – O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria Executiva.

§ 2º – Em caso de vacância de maioria do conselho, far-se-á nova eleição das vagas remanescentes por Assembleia Geral extraordinária.

Art. 26º – Compete ao Conselho Fiscal:

- I. examinar os livros de escrituração da entidade;
- II. examinar os balancetes apresentados pelo Tesoureiro, opinando a respeito; e
- III. opinar sobre a aquisição e alienação de bens.

Parágrafo único – O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada (6) seis meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Art. 27º – As atividades dos diretores e conselheiros, bem como as dos associados, serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem.

Art. 28º – A instituição não distribuirá lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto.

Art. 29º – A Associação manter-se-á através de contribuições dos associados e de outras atividades, sendo que essas rendas, recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais.

## **Capítulo 4 – Do patrimônio**

Art. 30º – O patrimônio da Associação será constituído por:

- I. contribuições, rendas eventuais, doações e legados;
- II. bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e apólices de dívida pública; e
- III. subvenção e auxílio estabelecido pelo poder público.

§ 1º – Nenhum bem da associação será alienado sem aprovação da Diretoria Executiva, com prévio parecer do Conselho Fiscal.

§ 2º – No caso do parágrafo anterior, o produto da venda será aplicado na aquisição de outros bens ou na realização estrita dos objetivos da associação.

Art. 31º – No caso de dissolução da Instituição, o patrimônio remanescente será destinado a outra instituição congênere, com personalidade jurídica ou entidade Pública.

## Capítulo 5 – Das disposições gerais

Art. 32º – A Associação será dissolvida por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

Art. 33º – Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva e referendados pela Assembleia Geral.